

# UNIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA

**Maria Idati Eiró Nogueira de Sá\***

**RESUMO:** O expressivo crescimento numérico das instituições privadas de ensino superior na América Latina possibilita a formação de maior número de pessoas em nível superior, ampliando o contingente de indivíduos com este nível de escolaridade. A Declaração de Bolonha, caracterizada como um acordo firmado por diversos países europeus para unificação do ensino superior até o ano de 2010, ganha dimensões transatlânticas e chega à América Latina. Assim, no Mercosul, a proposta de unificação do ensino superior acontecerá por meio do Mercosul Educacional, priorizando, num primeiro momento, a mobilidade dos estudantes entre os países-membros. Ante o aumento da população com diplomação universitária e a unificação do ensino superior na América Latina, este trabalho apresenta duas preocupações principais: com o estabelecimento de padrões mínimos de qualidade capazes de viabilizar a unificação de um ensino de referência na América Latina e com uma formação do ser humano de caráter não apenas técnico, mas integral e crítico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino Superior; Qualidade do Ensino; Unificação; América Latina; Mercosul Educacional.

## UNIFICATION OF LATIN AMERICA'S HIGHER EDUCATION

**ABSTRACT:** The expressive numeric growth of private higher education institutions in Latin America enables the graduation of a greater number of people, increasing the contingency of individuals at such educational level. The Bologna's Declaration, characterized as an agreement entered by several European countries for the unification of higher education until 2010, gains transatlantic dimensions and arrives in Latin America. Thus, in

---

\*Mestre e Especialista em Marketing Nutricional pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP - FEA/USP; Doutoranda em Educação pelo Programa de Integração da América Latina da USP- PROLAM/USP. E-mail: idati@usp.br

the Mercosul, the proposal for higher education unification will take place through Mercosul Educational, prioritizing, in a first moment, the mobility of students among member-countries. In face of the increasing number of people with university degrees in Latin America, this work present two main concerns: a) the establishment of minimal standards enable the unifying of a reference education in Latin America and; b) the formation of the human character not only technical, but holistic and critical.

**KEYWORDS:** Higher Education; Teaching Quality; Unification; Latin America; Mercosul Educational.

## INTRODUÇÃO

Levi-Strauss (1955), em sua estada em São Paulo e outros locais do Brasil para participar da fundação da Universidade de São Paulo, aponta que em um país com expoentes individuais – Oswaldo Cruz, Villa Lobos, Euclides da Cunha – a cultura parecia ser de domínio quase exclusivo dos ricos, e para esta classe dominante, a universidade era condição necessária para continuar a exercer seu domínio. Esta é a luta pela hegemonia ou pelo monopólio político neste campo, como nos apontaria Pierre Bourdieu. Entretanto, é legítimo o direito das classes sociais menos favorecidas, ou não tão bem situadas socioeconomicamente no campo da ascensão social, ao ingresso no nível superior de ensino, entendido aqui como o que se segue ao nível técnico. Pais e familiares da classe média adotam estratégias para que seus filhos tenham este nível de escolaridade como meio de melhor se posicionarem na sociedade. Em cada campo existem regras próprias, e para a obtenção de êxito é preciso segui-las. Pressupõe-se que, para a melhoria das condições sociais, torna-se necessária a obtenção da titulação universitária, motivo pelo qual se espera uma grande demanda de alunos por cursos de nível superior.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1994) assim dispõe em seu artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

É senso comum que a universidade deve atender a todos os que desejam cursar o ensino superior. Atendendo a esta demanda e buscando satisfazer às necessidades de quem busca sua ascensão social e financeira, são hoje criadas muitas escolas e cursos privados, com número de vagas bastante superior ao oferecido pelas escolas públicas. Os alunos buscam a escolaridade que lhes dê uma inserção ou ascensão social; as escolas buscam alunos que lhes dêem lucro. São objetivos que, de parte a parte, se completam e se somam.

Gadotti e Romão (2005) afirma que para Paulo Freire, uma das tarefas fundamentais da educação popular é a de inserir grupos populares no movimento de superação do saber de senso comum pelo conhecimento mais crítico. Isto implica entender e viver a história como forma de tornar possível um mundo mais democrático e humano. Aqui podemos inserir tanto a educação formal quanto a informal.

Para Bicudo (1998), a universidade deve propiciar a construção do conhecimento, respaldada pelo ensino e pela democratização desse mesmo conhecimento.

Até cerca de 40 anos atrás a universidade era vista como instrumento de resistência ao domínio das classes hegemônicas. Os tempos mudaram, mas não se pode ignorar que a universidade deveria ser um espaço importante para a transmissão de ideologias, na medida em que é o local para a formação em nível superior. É justamente pautado neste ideal que a Unesco, por exemplo, considera a universidade como um espaço privilegiado para a construção de uma paz baseada no respeito à diversidade cultural, aos direitos humanos, ao meio ambiente e à democracia.

No Chile o processo de privatização do ensino superior, chamado de processo de modernização educacional, constitui-se como uma estratégia para debilitar institucional e financeiramente as universidades públicas. A Universidade do Chile e a Universidade Técnica do Estado foram as mais atingidas, tendo-se enfraquecido de modo significativo, especialmente pela mudança no sistema de financiamento nessas escolas (CAMPBELL, 1996).

É certo que o aumento do número de escolas particulares, além de atender à demanda por um ensino superior que a escola pública não pode proporcionar, vai ao encontro de interesses econômicos das mantenedoras e dos dirigentes destas instituições. A transformação de universidades em sociedades anônimas de capital aberto (Anhanguera Educacional Participações S/A, Kroton Educacional S/A e Universidade Estácio de Sá) pode ser a comprovação de que este é um negócio rentável, levando muitos investidores a comprar suas ações.

Boa parte das instituições privadas de ensino tem se pautado por uma formação rápida e profissionalizante, de forma a atender ao interesse de empregabilidade dos alunos. Isto supõe a ausência de uma formação mais ampla, até porque o aluno não dedica à escola tempo suficiente para a obtenção de uma formação com tal qualidade.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 A DECLARAÇÃO DE BOLONHA

Até 2010, o ensino superior europeu deve implantar as adaptações previstas na Declaração (ou Tratado) de Bolonha. Firmado em 1999 por ministros ligados à Educação de 29 países daquele continente, o acordo prevê a unificação dos currículos universitários, os créditos multivaliados e a livre mobilidade dos estudantes. A grande mola propulsora é o aumento da competitividade européia no cenário mundial.

Não é difícil compreender o que levou os governos europeus a se movimentarem nesta direção. Em meados da década de 90, às portas da consolidação da União Européia, o continente registrava índices de desemprego que passavam a casa dos 10%, mesmo em países considerados ricos, como a Alemanha e a França - números que, ainda hoje, são uma realidade, segundo dados da UE. Ao mesmo tempo, enquanto os EUA cresciam como potência econômica e política, nações como Índia e Japão mostravam as garras para o mercado mundial. Era preciso mudar o cenário. Este processo culminou, em 1999, na reunião da qual resultou o Tratado de Bolonha, um documento que levasse os países europeus a se unir e criar uma estratégia de fortalecimento do bloco econômico a partir da Educação Superior. 'Estrategicamente eles sabem onde querem chegar. Querem ser a economia mais competitiva no mundo baseada não em produção, não em tecnologia, mas no conhecimento. E é aí que está o grande diferencial', explica a presidente do Faubai [Fórum de Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais], Luciane Stallivieri. Não é que a Europa não queira se unir com o resto do mundo, não é que rejeite a integração global, mas sabe

que precisa se fortalecer internamente - e decidiu fazer isso na base do conhecimento.<sup>1</sup>

Na verdade, acreditamos que o modelo europeu esteja preocupado com duas questões principais: o conhecimento que gera tecnologia para pesquisa básica e novas descobertas tecnológicas (pesquisa de ponta) e a formação de mão-de-obra qualificada para as diversas frentes de trabalho existentes (formação em massa).

Os processos de produção aliam-se à formação profissional. Catani, Oliveira e Dourado (2001, p. 68) dizem que “a tecnologia tornou-se fator fundamental num contexto em que a competitividade e a produtividade se tornaram dogmas absolutos e sinônimo de luta pela sobrevivência no mundo dos negócios”. Portanto, nesta ótica empresarial, verifica-se que grande parte das vantagens está associada à qualificação dos recursos humanos e à qualidade dos conhecimentos produzidos.

Com o objetivo de elevar a competitividade educacional internacional, o conhecimento privilegiado é o conhecimento instrumental. A universidade é, na sua base (3 anos), formadora de professores; o pesquisador e o trabalhador “qualificado” (a chamada mão-de-obra qualificada) encaminham-se para uma formação adicional. Foram estabelecidos os seguintes objetivos, a serem atingidos até 2010:

- promover entre os cidadãos europeus a empregabilidade e a competitividade internacional do sistema europeu do Ensino Superior;
- adotar um sistema baseado em três ciclos de estudos:
  - 1.º ciclo, com a duração mínima de três anos;
  - 2.º ciclo (mestrado);
  - 3.º ciclo (doutorado).
- estabelecer um sistema de créditos transferíveis e acumuláveis, comum aos países europeus, para promover a mobilidade mais alargada dos estudantes (os créditos podem também ser adquiridos em contextos de ensino não superior, incluindo a aprendizagem ao longo da vida, desde que sejam reconhecidos pelos estabelecimentos de ensino superior de acolhimento);
- promover a mobilidade dos estudantes (no acesso às oportunidades de estudo e formação, bem como a serviços correlatos), professores, investigadores e pessoal administrativo (no reconhecimento e na valorização dos períodos passados

---

<sup>1</sup> Por Renato Marques, Disponível em: <<http://www.universia.com.br>> Acesso em: 11 ago.2006.

num contexto europeu de investigação, de ensino e de formação, sem prejuízo dos seus direitos estatutários);

- promover a cooperação europeia na avaliação da qualidade, com vista a desenvolver critérios e metodologias comparáveis;
- promover as dimensões europeias do ensino superior, em particular:
  - desenvolvimento curricular;
  - cooperação interinstitucional;
  - mobilidade de estudantes, docentes e investigadores;
  - programas integrados de estudo, de formação e de investigação.

## 2 2 O MERCOSUL EDUCACIONAL

Paralelamente à União Europeia, os ministros de educação da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram um protocolo de intenções com o objetivo de tomar “decisões referentes às contribuições que o sistema Educacional possa oferecer ao desenvolvimento das políticas do MERCOSUL”<sup>2</sup>

Desde a consolidação da LDB de 1996 já estamos nos encaminhando para uma nova estrutura universitária no Brasil. Anísio Teixeira (1998, p. 156), um dos grandes pensadores da educação brasileira, já propunha uma reforma universitária:

A reforma resolveria, assim, o problema da admissão à universidade, abrindo os seus portões para acolher a mocidade, que terminara o curso secundário e alimentava o propósito de continuar os estudos, para um curso introdutório, de nível superior, destinado a alargar-lhes a cultura geral recebida no nível secundário, dar-lhes uma cultura propedêutica para as carreiras acadêmicas ou profissionais ou para treiná-los em carreiras curtas de tipo técnico. Terminados esses cursos é que iria ele ser selecionado para os cursos regulares de graduação nas carreiras acadêmicas ou profissionais. Depois desta formação, nova seleção far-se-ia de imediato ou posteriormente, para a escola pós-graduada.

---

<sup>2</sup> Por Gaston A. Fulquet, Disponível em <<http://www.caei.com.ar/ebooks/ebook15.pdf>>. Acesso em: 19 set 2008.

A idéia da “Universidade Nova” tem Anísio Teixeira como seu inspirador. Esta universidade tem a proposta de fornecer inicialmente um ensino básico; mas, diferentemente do nivelamento proposto pelo Mercosul Educacional, a Universidade Nova prega que o ciclo básico deve aparelhar os alunos de idéias para melhor compreensão do mundo do saber e a sua diversidade, ajudá-lo a pensar com maior riqueza de imaginação (TEIXEIRA, 1998).

No Mercosul Educacional os pilares são:

1. reconhecimento de carreiras: dentro desta discussão pode haver discussão de qualidade, como prerrogativa para mobilidade na região.
2. mobilidade estudantil: sistema de transferência de créditos e intercâmbio entre docentes e pesquisadores.
3. cooperação inter-institucional ou entre universidades, com ênfase em ações conjuntas, com criação de redes de excelência e no trabalho conjunto.

*Dentre as atribuições do Mercosul Educacional destacamos:*

- o empreendimento de gestões necessárias que “possibilitem a inter-relação da Educação com as áreas da Cultura, Ciência e Tecnologia;”
- a criação de um conjunto de medidas no sentido de superar as barreiras jurídicas e administrativas e permitir a mobilidade e intercâmbio de pessoas e bens nas áreas científicas, técnicas e culturais;
- a conveniência de fomentar os programas de formação e intercâmbio de docentes, especialistas e alunos com o objetivo de facilitar o conhecimento da realidade que caracteriza a região e promover um maior desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico;
- o propósito de favorecer a articulação, a equiparação e a convalidação entre os diferentes sistemas educacionais, em todos os seus níveis e modalidades;”
- a capacitação de recursos humanos que contribuam para o desenvolvimento econômico;
- a reformulação dos currículos, em todos os níveis, introduzindo temas referentes ao trabalho, emprego, produção e inovação científico-tecnológica;
- a promoção e coordenação de ações de formação profissional e técnica em instituições governamentais e não-governamentais, que respondam às necessidades do mercado;

A notícia de 24 de maio no portal do Mercosul Educacional evidencia a tendência de aproximação do Tratado de Bolonha ao Mercosul Educacional<sup>3</sup>:

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.sic.inep.gov.br/>>. Acesso em: 24 maio 2007.

*FUE SELECCIONADA DIRECTORA DEL PROYECTO DE APOYO DE LA UNIÓN EUROPEA AL PROGRAMA DE MOVILIDAD EN EDUCACIÓN SUPERIOR DEL MERCOSUR:*

*En la “X Reunión de la Comisión Ad – Hoc del programa de Movilidad en Educación Superior del MERCOSUR”, llevada a cabo en la ciudad de Buenos Aires, los días 17 y 18 de abril de 2007, **Cristina García Puster** de nacionalidad uruguaya, fue seleccionada como Directora del Proyecto de Apoyo de la Unión Europea al Programa de Movilidad en Educación Superior del MERCOSUR*

*No site do MEC – Ministério da Educação e Cultura, em 28 de maio, a missão do MERCOSUL educacional foi assim definida<sup>4</sup>:*

*A missão desse Sistema é consolidar um espaço de informação e comunicação que facilite a participação e a interação entre os atores envolvidos na transformação da educação e na sua utilização como fator de integração e mudança nos países do MERCOSUL*

Acreditamos que o modelo latino-americano esteja mais interessado no desenvolvimento de um modelo educacional voltado para a formação de mão-de-obra, e, diferentemente do europeu, pesquisa de aplicação, não de base. A formação de mão-de-obra, também chamada de formação profissionalizante, é resultante de um modelo mercantilista da educação.

O que é novo é que a pesquisa estritamente acadêmica está ficando subordinada aos interesses econômicos. Isto certamente está ligado ao fato de que há baixos investimentos sociais; o foco é o mercado econômico-financeiro. Estão sendo formadas grandes cadeias de ensino em nível mundial. Como exemplo, no Brasil a Universidade Anhembi Morumbi foi comprada por uma multinacional francesa de universidades (Rede Internacional de Universidades Laureate), conforme se observa no portal da universidade: <<http://portal.anhembi.br/>>, por meio de seu logo institucional.

---

<sup>4</sup> Disponível em:<<http://www.mec.gov.br/>>. Acesso em: 28 maio 2007.



## 2.3 A FORMAÇÃO HUMANÍSTICA E A QUALIDADE DO ENSINO

Apesar da tendência brasileira a uma educação superior voltada para o mercado de trabalho, a preocupação com uma formação humanística, ou seja, com a formação integral do ser humano, e não apenas técnica, acompanha alguns autores. Ribeiro (2002, p. 429) diz:

A idéia pela qual começo diz respeito à relação entre a universidade e o mercado. Com a possível exceção dos cursos seqüenciais, que me parecem idéia muito boa - e aos quais voltarei -, parece-me que os cursos propriamente universitários talvez devam emancipar-se da preocupação com o mercado de trabalho. A idéia de um curso de graduação em Humanidades, onde o aluno tem uma formação mais humanística, menos voltada para o mercado de trabalho, pois a profunda preocupação com o futuro dos filhos, apostando numa carreira profissional com diploma universitário, essa inesperada preocupação com o futuro deles é totalmente inútil. Não há condições hoje, de prever qual carreira terá destaque em vinte anos.

Os cursos tecnológicos, de curta duração têm sido alvo de publicidade das IESs. O Ministério da Educação e Cultura, como verificado no *site* do Centro Universitário de Maringá – CESUMAR<sup>5</sup> informa:

Segundo as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Tecnologia, essa modalidade representa ‘uma das principais respostas do setor educacional às necessidades e demandas da sociedade brasileira, uma vez que o progresso tecnológico vem causando profundas alterações nos modos de produção, na distribuição da força de trabalho e em sua qualificação’ (Parecer MEC/CNE 29/2002).

Boaventura Santos (2005) chamou de crise de identidade da instituição universitária aos dilemas atuais: formar profissionais ou promover ciência e cultura?

<sup>5</sup> Disponível em: <[http://www.cesumar.br/graduacao\\_modalidades\\_educacionais.php](http://www.cesumar.br/graduacao_modalidades_educacionais.php)>. Acesso em: 19 set. 2008.

Outra questão que se coloca neste trabalho é se o aumento do número de instituições de ensino é realizado com atendimento a padrões de qualidade.

Na América Latina, as semelhanças entre os processos educacionais brasileiro e chileno revelam-se também na aparente deficiência dos sistemas de avaliação das instituições de ensino superior (IES) pelos poderes públicos (CATANI, 1996), demonstrando que estas empresas educacionais não têm se utilizado da estratégia de diferenciação por qualidade (extrapreço) como concorrência.

No nível médio de ensino, existe um exame a ser aplicado em 56 países (inclusive o Brasil) para comparar a efetividade dos sistemas educacionais - o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA). O objetivo é avaliar o desempenho de alunos na faixa dos 15 anos, idade em que, em tese, os jovens estão concluindo a escolaridade básica. Assim, sabemos que existe uma proposta concreta de avaliação dos alunos do ensino médio.

No ensino superior, desde 2004, ainda em implantação e formatação, o MEC, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), instituiu o Sinaes - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior<sup>6</sup>.

Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O Sinaes avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos.

Ele possui uma série de instrumentos complementares: auto-avaliação, avaliação externa, Enade, Avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação (censo e cadastro). Os resultados das avaliações possibilitam traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no País. Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes). A operacionalização é de responsabilidade do Inep.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/sinaes/>>. Acesso em: 19 set. 2008.

O Enade (exame nacional de cursos - antigo provão) integra o Sinaes e avalia desde 2004 o desempenho dos alunos do ensino superior: aleatoriamente convoca alunos ingressantes e alunos dos últimos anos dos cursos selecionados. O objetivo é verificar a evolução dos alunos durante a graduação.

Além do fato de os alunos avaliados no início não serem os mesmos avaliados no final do curso (o exame não acontece na mesma periodicidade da duração dos cursos), vários outros fatores podem comprometer essa avaliação: boicote dos alunos à prova como forma de punir as instituições onde estudaram e a orientação das escolas para que seus alunos zerem as notas no início do curso, pois as instituições estão sendo avaliadas por meio de seus alunos. O último Enade, de 2006, revelou que apenas 3% dos cursos possuem padrão de excelência<sup>7</sup>.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação e suas estratégias de maior adesão de alunos revelam um grande crescimento das escolas privadas. A escola superior privada, no Brasil e na América Latina, teve um estrondoso crescimento nos últimos anos, conferindo diplomas universitários a muitos alunos.

Houve um grande crescimento dos cursos profissionalizantes no Brasil e acontece o sucesso da graduação tecnológica – graduação em 2 anos – o que faz com que o aluno fique menos tempo na IES. Formam-se o profissionais técnicos, conforme demanda de mercado, mas nos currículos há pouca preocupação com a formação humanística do ser humano. Em tão pouco tempo de formação, aspectos culturais, de cidadania, de vivência ampla na formação do ser humano, não têm espaço para serem construídos. Faltam as edificações e bases para a formação integral e crítica dos alunos.

Mesmo tecnicamente, a qualidade do ensino vem sendo questionada por muitos.

O sistema capitalista somente vai se interessar pela qualidade do ensino se este for um diferencial que permita às escolas atrair alunos mais do que seus concorrentes. No Brasil, o documento CNI (2004) critica abertamente a falta de qualidade da educação superior privada<sup>8</sup>:

[...] pode ser detectada uma nítida tendência das instituições de ensino superior [IES] privadas de se

---

<sup>7</sup> Disponível em: <www.metropoint.com>. Acesso em 16 jul. 2007.

<sup>8</sup> Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT09-2023>. Acesso em: 19set. 2008.

transformarem em efetivas empresas de ensino, e, ao mesmo tempo, operarem o pensamento pedagógico empresarial no sentido de (con)formar uma força de trabalho de nível superior adequada ao tólos Economia Competitíva, buscando, pois, adequar a sua educação-mercadoria às demandas do capital produtivo, a lógica acadêmica de gestão universitária está sendo subsumida à teologia do capital, através da gestão empresarial.

Desde 2004 se observa, por meio do INEP/MEC, mais uma tentativa de avaliação do ensino superior no Brasil. Tentativas anteriores demonstraram-se referenciais de *ranking* entre as instituições; como a proposta atual ainda está senda implantada, não são possíveis avaliações mais detalhadas a respeito.

A América Latina adota, no Mercosul Educacional, um modelo educacional a partir de modelo europeu, mundializado. Os currículos dão diretrizes genéricas e cada mercado deveria reforçar os conteúdos com suas necessidades locais. O capitalismo, pela sua lógica intrínseca, sempre tendeu à internacionalização. É a produção que independe de nacionalidades.

As demandas locais de mercado e de trabalho são diferentes para cada país, portanto, não nos parece possível uma produção educacional em série no contexto atual da América Latina, contexto este que não conta ainda com um padrão de qualidade de referência. Para o ensino superior, o Mercosul Educacional não avalia parâmetros de qualidade. Aparentemente esta seria uma tarefa das profissões, que devem garantir a qualidade dos egressos no mercado de trabalho. Entretanto, atualmente, ao menos no Brasil, a qualidade dos cursos não é avaliada pelas associações ou conselhos de classe, com raras exceções. Ainda, por reserva de mercado profissional, é importante ressaltar que os conselhos de classe não reconhecem (portanto não atuam sobre) os cursos tecnológicos, bastante em voga no mercado educacional brasileiro.

Assim, para a padronização latina dos cursos superiores perguntamos:

1. quais os conteúdos específicos mínimos para cada profissão em países com diferentes realidades sociais e culturais?
2. como é possível o monitoramento da aplicabilidade e da garantia de qualidade dos conteúdos em cada mercado de trabalho?

Dois questões são preocupantes no cenário da educação superior da América Latina: a deficiente avaliação de qualidade dos cursos universitários e a falta de preocupação com a formação integral – e não apenas profissional e técnica – dos alunos. Percebemos assim a necessidade de

aprofundamento desses pensares antes de se colocar em prática a unificação latina do ensino superior.

## REFERÊNCIAS

BICUDO, M. A. V. Educação Superior na Nova LDB: seu impacto na Unesp. In: SILVA, C. S. B.; MACHADO, L. M.. (Org.). **Nova LDB: trajetória para a cidadania?**. São Paulo: ARTE E CIENCIA, 1998. p. 75-85.

CAMPBELL E. J. O processo de modernização da educação superior no Chile, 1981-1995. In: CATANI, A. M. **Universidade na América Latina: tendências e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 71-89.

CATANI, A. M. **Universidade na América Latina: tendências e perspectivas**. São Paulo: Ed. Cortez, 1996.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F.; DOURADO, L. F. Política Educacional, Mudanças no Mundo do Trabalho e Reforma Curricular dos Cursos de Graduação no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 75, p. 67-82, 2001.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Educação de Jovens e Adultos: Teoria, prática e proposta**. 7. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

LEVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. São Paulo: Ed. Cia. das Letras, 1955.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília, D. F: Centro Gráfico do Senado Federal. 1994.

RIBEIRO, R. J. Desafios e Proposições. **Caderno especial Políticas Públicas de Educação Superior**, Brasília: ABMES/FUNADESP, v. 1, p. 427-441, 2002.

SANTOS, B. S. **A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

TEIXEIRA, A. **Educação e universidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.